



Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

UASG: 195001 - CIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO-AL**Licitação nº:** 10/2021 **Modo de Disputa:** Aberto**Número do Item:** 1**Nome do Item:** Serviço Engenharia**Tratamento Diferenciado:** Sem benefícios**Sessões Públicas:** Atual

Recursos do Item - Sessão Pública 1 (Atual)

34.905.197/0001-20 - DVL CONSTRUCAO CIVIL E LOCACAO LTDA

Intenção de Recurso

Data/Hora: 12/11/2021 09:42**Julgamento de Proposta:** Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta**Habilitação de Fornecedor:**

Recurso

Data/Hora: 22/11/2021 15:20

Motivo do Recurso / Justificativa da Desistência: ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO/CHEFE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF. REF. EDITAL DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO 10/2021 OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA, NO LOTEAMENTO CAMPO VERDE II, NO MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA, NO ESTADO DE ALAGOAS. A empresa DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 34.905.197/0001-20 com endereço comercial No Loteamento Paraíso, s/n, Lote 53, bairro Prefeito Antonio Lins de Souza, Município de Rio Largo/AL, CEP 57.100-000, e-mail: construtoradvl@gmail.com, através de seu Sócio Administrador o Sr. Deive Souza da Silva, infra-assinado, portador da Carteira de Identidade nº019.506.404-69, vem respeitosamente, perante V. Sa. Apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO DE RECONSIDERAÇÃO contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação em inabilitar a empresa DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÕES LTDA EPP no RDC 10/2021, com base nos fundamentos abaixo especificados. I. TEMPESTIVIDADE. O presente RECUSO ADMINISTRATIVO é plenamente tempestivo, visto que a comissão permanente de licitação da CODEVASF proferiu sua decisão de declarar inabilitada a empresa DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÕES LTDA EPP, sendo liberado no site COMPRASNET para inserção do recurso no dia 19 de novembro de 2021, sendo concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação do resultado site COMPRASNET, para apresentação do presente recurso administrativo e com fulcro na alínea "a" inciso I, do art. 109, da lei 8.666/93. II. DOS FATOS SUBJACENTES Acudindo ao chamamento dessa instituição para o certame licitatório susograftado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias. A douta comissão de licitações julgou a subscrevente inabilitada constando no chat do sistema o seguinte motivo: A empresa DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÕES – CNPJ 34.905.197/0001-20, não atendeu ao item 11.2 do instrumento convocatório, que diz que " O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, conforme inciso II, §4º do art. 54 da Lei 13.303/2016". Isso posto decorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis, como adiante ficará demonstrado. III. DAS RAZÕES DA

REFORMA A comissão permanente de licitações, ao considerar a recorrente inabilitada não considerou o entendimento proferido pelo Tribunal de Contas da União (acórdão 1811/2014-plenário) que diz: "Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado", tampouco considerou outro entendimento do tribunal de contas (acórdão 187/2014 – Relator ministro Walmir Campelo) que diz "É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. Observe que o motivo que desclassificou a proposta da empresa recorrente de fato não prospera, pois foi apresentado pela proposta de preço devidamente corrigida, porém não aceita pela doughta comissão. Entretanto, a empresa, sem prejudicar o teor da oferta ou majorar o preço da proposta, tem condições de retificar e apresentar outra proposta de preço. IV. DO DIREITO Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes. Dentro dessas normas, exige-se os requisitos mínimos quanto a sua qualificação Econômico Financeira, preconizado no inciso I do artigo 31 da lei 8.666/93. Conforme se extrai da regra inserta no parágrafo único do Art. 4º da lei 8.666/93, a licitação é regida pelo "Princípio do Procedimento Formal". Nesse sentido, o procedimento licitatório é vinculado às prescrições legais que o regem, em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei em sentido estrito, mas também do regulamento, do edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação que se refere. Ante o exposto, a recorrente vem salvaguardar seus interesses como licitante perante as licitações Públicas. Tal proposta ao revés do decidido pela comissão de licitação, atende ao exigido no edital. V. DOS PEDIDOS Na esteira do exposto, requer-se que seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a proposta da recorrente válida e habilitada. Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa comissão de licitações reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do Art. 109 da lei nº 8.666/93. Por fim, para correspondência, informo o e-mail construtoradvl@gmail.com, bem como o telefone celular (82) 9 9965-6787 Nestes termo. Pede e espera deferimento.

*** Motivo do Adiantamento do Prazo de Recursos**

500 caracteres restantes.

Voltar

Adiantar Prazo de Recursos